

COOPERATIVISMO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: UMA ANÁLISE DAS POTENCIALIDADES E EXPERIÊNCIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE SÃO ROQUE DE MINAS SERRA DA CANASTRA

**Cristiano Barbosa – Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geografia da
Universidade Federal de Uberlândia - (Mestrando/bolsista CAPES)**
cristianob@terra.com.br

**Prof.Dr.João Cleps Júnior - Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geografia da
Universidade Federal de Uberlândia - (Orientador)**
jcleps@ufu.br

Objetivos e método

Este artigo analisa o atual contexto sócio-econômico do município de São Roque de Minas, localizado no centro-este do Estado de Minas Gerais. Interpreta as recentes transformações nesta sociedade provocadas pela criação em 1991 da Cooperativa de Crédito Rural de São Roque de Minas Ltda. (SAROMCREDI), discute os conceitos de território e desenvolvimento territorial e avalia as possibilidades de um projeto de desenvolvimento rural entre os municípios que dela participam.

Para alcançar os objetivos propostos o primeiro passo foi construir o referencial teórico que norteou a análise. Utilizamos textos que trouxessem o entendimento conceitual de território e desenvolvimento territorial, destacando a contribuição da ciência geográfica nesse debate, em especial a que se dedica aos estudos agrários. Em seguida, traçamos o perfil socioeconômico, com foco na produção agrícola, do município de São Roque de Minas de modo a produzirmos a avaliação preliminar de sua realidade. Para isso, utilizamos os dados censitários produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e pela Fundação João Pinheiro – FJP. Posteriormente, em trabalho de campo, foram entrevistados lideranças locais, técnicos dos escritórios regionais do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA e da Empresa Mineira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, bem como produtores rurais em suas propriedades, buscando-se avaliar *in loco* o alcance dos projetos de desenvolvimento rural promovidos pela SAROMCREDI.

Referencial teórico

O espaço é vivido e sentido de diversas formas. Cada sociedade possui a sua especificidade em função dos processos históricos e culturais que a configuraram e a configuram. Há também entre os indivíduos e grupos que formam uma determinada sociedade visões e percepções muito distintas. A globalização, que no início era considerada por muitos uma forma de homogeneização da cultura americana no mundo, vem provocando, também, o fortalecimento das identidades locais. Os movimentos de resistência cultural e política estão crescendo. Os produtos que carregam a singularidade cultural e natural de um território estão mais valorizados no próprio mercado internacional.

É neste cenário complexo do mundo contemporâneo que a geografia procura se encontrar internamente e com as demais ciências sociais na busca de uma equação que resolva seus dilemas epistemológicos. No caso específico da geografia agrária, os atuais estudos possuem uma interlocução direta com a Antropologia, a Sociologia, a Economia, a História e a Filosofia. O mundo

rural passa por profundas transformações e essa dinâmica só pode ser apreendida quando nos propomos a construir um arcabouço teórico interdisciplinar.

Nesta perspectiva, o território ressurgue como categoria integradora de uma abordagem interdisciplinar. O território como tema central de investigação está presente em muitos estudos que buscam compreender a realidade do campo brasileiro. Oliveira (2004, p.40) ao discorrer sobre o atual contexto socioespacial da agricultura brasileira é categórico em afirmar que os seus “trabalhos refletem essa corrente que tem no estudo do território o tema central da investigação em Geografia”.

No debate acerca de desenvolvimento rural e territorial, torna-se importante a geografia demarcar a sua colaboração. Schneider e Tartaruga (2005), analisando o território geográfico em relação à abordagem territorial do desenvolvimento rural, alertam para a diferenciação entre território e enfoque territorial. No entendimento destes autores, o enfoque territorial das políticas de desenvolvimento rural possui um caráter normativo, enquanto que do ponto de vista geográfico, território é a projeção espacial do poder.

Claude Raffestin, na terceira parte de seu livro “Por uma geografia do poder”, trata da relação entre território e poder, dando ênfase ao aspecto político na configuração territorial. Para o autor, o território é resultado de um trabalho no espaço, que envolve energia e informação, e que revela as relações marcadas pelo poder. “O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si.” (Raffestin, 1993, p.144).

Destaca-se, também, a importância da distinção conceitual entre espaço e território. Conforme Raffestin (1993) o espaço antecede ao território. A territorialização se processa a partir da ação social sobre o espaço. O homem ao ocupar um espaço estabelecendo seu sistema sócio-produtivo o territorializa. “... o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço.” (Raffestin, 1993, p. 144).

O território é uma prática espacial gerada por um sistema de ações que se estrutura por meio de redes de relacionamentos. Para Raffestin (1993, p. 150) “Toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma “produção territorial”, que faz intervir tessitura, nó e rede.” Tessitura é compreendido como configuração, ou seja, aquilo que revela a trama de relações econômicas, políticas e culturais presentes em um território.

O sistema territorial é o resultado das combinações estratégicas da sociedade na ocupação de um espaço. O território é, portanto, fruto das interações políticas, econômicas e culturais. Neste ponto, vê-se em Haesbaert (2004) uma ligação com Raffestin (1993). Para esse autor, o território é compreendido considerando-se seus aspectos político ou jurídico-político, econômico e cultural ou simbólico-cultural.

Em relação à dimensão política do território, Haesbaert (2004) destaca o poder do Estado na delimitação e controle do espaço, estipulando regras e criando oportunidades ou restrições. No aspecto econômico, o autor enfatiza o território como fonte de recurso, como resultado da relação capital-trabalho e como produto de uma divisão do trabalho. Do ponto de vista cultural o território é analisado como produto da apropriação simbólica de um grupo e a vivência deste com o espaço.

A conceituação de território à luz desses dois autores nos direciona a pensar o desenvolvimento territorial nas suas múltiplas interações. O território é uma construção puramente humana, ou seja, foi

criado como forma de apropriação de um espaço, com base em interesses específicos em um dado momento histórico. Este processo de ocupação nos revela as forças políticas, econômicas e culturais que estiveram e estão em jogo.

Os organismos internacionais responsáveis pela promoção de políticas públicas de desenvolvimento local como a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e o Banco Mundial, adotam o território como base de planejamento e gestão. O atual Governo Federal, em consonância com estas políticas, tem promovido, através dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social, estratégias de geração de trabalho e renda em regiões rurais pobres, também sob a perspectiva do desenvolvimento territorial.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) possui, por exemplo, linhas de créditos que fomentam a criação de territórios rurais, facilitando o acesso ao crédito e mobilizando os agentes locais na construção de arranjos institucionais e produtivos a partir de dinâmicas de planejamento democráticas e participativas.

Neste contexto, as discussões em torno do desenvolvimento territorial se concentram em três questões básicas: existência e/ou produção de um capital social¹, a consolidação de espaços de governança democráticos e participativos e o papel do Estado como fomentador e mediador de processos de desenvolvimento local.

Em relação ao capital social, Estrada (1999) considera que nos locais onde as instituições são eficientes, os recursos humanos são qualificados, os cidadãos confiam em seus governantes, os representantes políticos acreditam na capacidade de sua comunidade e, onde há confiança mútua, os projetos se desenvolvem. Quando não existem estas condições, os projetos fracassam.

A experiência dos municípios de Orizona e Davinópolis, no Estado de Goiás, com o PRONAF Infra-estrutura relatada por Ortega (2004) reafirma os argumentos de Estrada (1999) em relação ao capital social. Estes dois municípios possuem uma estrutura sócio-econômica muito similar e estão localizados em uma mesma região. Porém, os resultados alcançados por Orizona foram muito mais expressivos que em Davinópolis. A justificativa para isto está no fato de que em Orizona o processo de planejamento e gestão se deu como muito mais facilidade, pois os agentes envolvidos conseguiram trabalhar de forma coletiva. Havia neste município um histórico de articulação política na sociedade, enquanto que em Davinópolis o processo teve entraves em decorrência da incapacidade dos agentes locais de se articularem.

Abramovay (2000) destaca que o mais importante em um projeto de desenvolvimento territorial é o ambiente de cooperação entre os agentes envolvidos. O processo se desenvolve quando se abre mão de benefícios individuais e exclusivos em prol do interesse coletivo. Isso se viabiliza quando se rompe com o planejamento centralizado, vertical e setorial, e adota-se o planejamento participativo, democrático, horizontal e intersetorial.

Estabelecer nos territórios processos de planejamento e gestão participativos não é uma tarefa fácil. Por mais que o capital social seja qualificado, exige-se grande habilidade política na mediação dos interesses, que ora são convergentes, ora conflitantes. A consolidação de espaços de governança

¹ Com base nos estudos de Putnam (2000), entende-se por capital social a organização política das comunidades, o conhecimento crítico da realidade social, a participação ativa dos indivíduos nos espaços de decisão, a efetiva integração social na construção de soluções coletivas.

não é um processo linear. Avanços e retrocessos nas negociações são naturais, pois o que está em jogo é o poder. O sucesso dos projetos de desenvolvimento territorial perpassa, necessariamente, pela capacidade de se criar consensos, de modo que os benefícios cheguem à maioria da população. O Estado desempenha um papel estratégico na construção dos projetos de desenvolvimento territorial. Contrária à lógica do “Estado mínimo”, difundida pelos defensores das políticas neoliberais, a presença do Estado é fundamental na mediação dos conflitos, na regulamentação das regras econômicas, na concessão de incentivos fiscais, no ordenamento do território, na viabilização de crédito a juros compatíveis às comunidades de baixa renda, bem como no enfrentamento de imprevistos, na salva-guarda, por exemplo, de um eventual problema climático.

A partir do entendimento que projetos de desenvolvimento territorial requerem arranjos políticos-institucionais locais legítimos, com participação efetiva dos cidadãos e grupos envolvidos, que se vislumbra no cooperativismo a possibilidade de se estabelecer acordos coletivos, que resultem em projetos de desenvolvimento.

De acordo com Schmidt e Perius (2003) o cooperativismo baseia-se em valores solidários e democráticos, onde a ajuda mútua, a participação e a autonomia são seus alicerces. É na crença desses valores que os cidadãos se organizam para superar dificuldades e/ou buscar oportunidades. Nesta perspectiva, a construção de projetos de desenvolvimento territorial encontra no cooperativismo um importante espaço de articulação dos agentes locais.

No III Fórum Social Mundial realizado em 2003 na cidade de Porto Alegre no Estado do Rio Grande do Sul, o tema cooperativismo teve grande destaque. Conforme Pacheco (2004) as discussões deram ênfase na necessidade de ampliar o cooperativismo e o associativismo de trabalhos, como forma de reduzir os custos de produção, gerar mais emprego e renda, e conseqüentemente, promover o desenvolvimento.

Portanto, existe uma interface direta entre os conceitos de território, desenvolvimento territorial e cooperativismo. A experiência da SAROMCREDI em São Roque de Minas revela esta relação.

Características da área de estudo

Os municípios circunvizinhos à formação geológica denominada Serra da Canastra, originou-se de um processo histórico de ocupação do interior do Brasil, cujas raízes remetem à exploração de pedras preciosas nos séculos XVIII e XIX. A busca pelos cobiçados metais traçaram as primeiras rotas pelo sertão mineiro em direção aos ermos de Goiás e Mato Grosso. Nesses caminhos, se estabeleceram fazendas, postos de fiscalização do Estado, paróquias e pontos de suprimentos para os viajantes. Com o desenvolvimento das atividades produtivas e de distribuição de mercadorias, surgiram os primeiros núcleos urbanos à margem destas rústicas estradas.

Os municípios de São Roque de Minas, Vargem Bonita, Bambuí, Delfinópolis, Medeiros, Piumhi e Tapiraí, que hoje fazem parte da Microrregião da Canastra como produtores do Queijo Minas Artesanal² (conforme Portaria nº 694 de 17 de novembro de 2004 do Instituto Mineiro de

² “É considerado Queijo Minas Artesanal o queijo confeccionado conforme a tradição histórica e cultural da região do Estado onde for produzido, a partir do leite integral de vaca fresco e cru, retirado e beneficiado na propriedade de origem, que apresente consistência firme, cor e sabor próprios, massa uniforme, isenta de corantes e conservantes, com ou sem olhaduras mecânicas”. (art. 1º da Lei Estadual nº 14.185, de 31 de janeiro 2002).

Agropecuária – IMA), são todos oriundos do desmembramento de terras da antiga Comarca de São João Del Rei, conforme estudo sobre o histórico da divisão político-administrativa do estado coordenado pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais³.

São Roque de Minas emancipou-se como município em 1938. Distante a 256 km da capital mineira, possui um território de 2.108,7 Km², com densidade demográfica de 3 hab/Km². A população total é de 6.325 habitantes, sendo que a urbana é de 3.728 e a rural de 2.597 (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2005).

O município está inserido em uma área de transição entre o Cerrado e a Floresta Atlântica. Apresenta formações florestais, savânicas e campestres. O Clima é subtropical moderado úmido, apresentando temperaturas médias entre 17° a 23° C. Possui nascentes em importantes bacias hidrográficas, com a do rio São Francisco, Araguari e Grande (IBAMA, 2005). O Relevo é bastante dissecado com vertentes íngremes nas proximidades das Serras da Canastra e Babilônia, e possui extensas áreas levemente dissecadas com presença de campos rupestres, utilizados como pastagem, nas quais se desenvolve a pecuária, principal atividade agrícola do município. Podemos constatar na tabela abaixo as principais atividades econômicas do município de São Roque de Minas.

Estabelecimentos por grupo de atividade econômica

Estabelecimentos por grupo da atividade econômica								
Municípios	Atividade Econômica							
	Lavoura Temporária	Horticultura	Lavoura Permanente	Pecuária	Produção Mista	Silvicultura Exploração Florestal	Pesca Aquicultura	Produção Carvão Vegetal
São Roque	68	-	31	718	151	1	-	-

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de Minas Gerais 1995-1996

Destaca-se, também, neste território a presença do Parque Nacional da Serra da Canastra, criado em 1972, pelo Decreto Lei n.º 70.355 (de 3 de abril de 1972), que instituiu uma área estimada de 200.000 ha. O parque possui atualmente 71.525 ha, parte que correspondente a 46,6% do território original do município de São Roque de Minas (IBAMA 2005). O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA aprovou um novo plano de manejo que ratifica a necessidade de regulamentação da área original e estabelece uma faixa de 10 km no entorno do parque, como faixa de amortecimento. Isto implicará na renovação de vários produtores rurais de suas propriedades e no aumento das restrições de uso dos recursos naturais.

Em decorrência dessas mudanças, os produtores rurais se organizaram e foram em caravana cerca de 200 pessoas para Brasília, em agosto deste ano de 2005 e tiveram uma audiência com vários deputados federais. Do encontro, ficou acordado a ida de uma comissão parlamentar para a Serra da Canastra com o intuito de avaliar a possibilidade de rever a posição do IBAMA e de se pensar uma alternativa de uso sustentável. A SAROMCREDI junto com as lideranças locais defende a criação de uma Área de Proteção Ambiental - APA, categoria de unidade de conservação presente no Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, que prevê o uso sustentável dos recursos naturais.

³ Conferir em: COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1970. p. 102-110. MINAS GERAIS. Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Instituto de Geociências Aplicadas-IGA. *As denominações urbanas de Minas Gerais: cidades e vilas mineiras com estudo toponímico e da categoria administrativa*. 2ª. ed. ver. ampl. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa, 1997. 230p

Ou seja, de um lado, estão os produtores rurais e suas representações defendendo que é possível conciliar produção e conservação, e do outro lado, está o IBAMA, com o apoio de algumas organizações não-governamentais ambientalistas, ratificando a categoria de Unidade de Conservação de Proteção Integral, considerando a incompatibilidade de um manejo sustentável de produção agrícola neste território.

A experiência da Cooperativa de Crédito de São Roque de Minas - SAROMCREDI

São Roque de Minas obteve nestes últimos anos um expressivo desenvolvimento social e econômico. De acordo com os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano de 2000 (Fundação João Pinheiro, 2005), esse município melhorou seus indicadores. Em São Roque de Minas o IDH de 1991 de 0,674, subiu para 0,766 em 2000; a taxa de analfabetismo de 22,9% em 1991, caiu para 13,3% em 2000; a renda *per capita* média de R\$ 176,70 em 1991 elevou-se para R\$ 256,20 em 2000. Na tabela abaixo se apresenta os principais Indicadores de Desenvolvimento Humano de São Roque de Minas em comparação com os índices do Estado de Minas Gerais.

Principais Indicadores de Desenvolvimento Humano – IDH em 2000.

INDICADORES DE DENVOLVIMENTO HUMANO	Minas Gerais	São Roque
IDH Municipal	0,773	0,776
IDH Educação	0,850	0,785
• Taxa de Analfabetismo	14,8	13,3
IDH Renda	0,711	0,699
• Renda per capita média (R\$ 2000)	276,6	256,2
• Proporção de pobres (%)	29,8	20,0
Mortalidade até 1 ano de idade (por 1000 nascidos vivos)	27,8	18
Esperança de vida ao nascer (anos)	70,5	73,9
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	2,2	2,0

Fonte: FJP - Atlas do Desenvolvimento 2000.

O fato mais importante ocorrido neste período de 1991-2000 foi a criação da Cooperativa de Crédito Rural de São Roque de Minas Ltda. (SAROMCREDI), que hoje atua também nos municípios vizinhos de Vargem Bonita, São João Batista do Glória, Delfinópolis e Pratinha. A cooperativa foi constituída em 09 de junho de 1991 para solucionar um grave problema: a única agência bancária do município, a da Minas Caixa, foi liquidada pelo Banco Central deixando a população local sem acesso a serviços bancários. Isso provocou a mobilização da sociedade. Como não havia interesse de nenhum banco comercial em instalar agência em São Roque de Minas a solução foi criar uma cooperativa de crédito. Conforme Lima (2003) participaram da Assembléia Geral Ordinária de 22 de março de 2003 da SAROMCREDI mais de 3 mil associados. Para este autor além de resolver os problemas bancários, a cooperativa tornou-se um importante agente de desenvolvimento rural. Foi criada a Fundação SAROMCREDI que desenvolve projetos agropecuários, com destaque para o projeto Queijo-Canastra, que visa à certificação de origem.

Apesar dos avanços econômicos e sociais, segundo os associados há muito para se fazer. O maior desafio na qualificação da produção do “queijo canastra” é cumprir os padrões técnicos e sanitários definidos pela Portaria nº 694 de 17 de novembro de 2004, do Instituto Mineiro de Agropecuária –

IMA. As adequações, segundo o engenheiro agrônomo da Prefeitura de Vargem, exigem-se um investimento de R\$ 15.000,00 a R\$ 20.000,00. Na avaliação, considerando que a maioria dos produtores possui renda média mensal em torno de R\$350,00 (Trezentos e cinquenta reais), os principais obstáculos são o acesso ao crédito compatível à capacidade de pagamento desses produtores, a definição de uma logística de comercialização que assegure demanda e preço que resgate os investimentos e o medo dos produtores de se endividarem e perderem suas terras.

Segundo informações coletadas em trabalho de campo, através de entrevistas com produtores rurais e técnicos de extensão rural dos dois municípios, a maioria dos produtores vende o queijo tipo frescal, aquele que é comercializado em no máximo 4 dias, por um preço médio de R\$ 4,00 a peça⁴.

A produtividade de leite por vaca na região é de 2 a 3 litros/dia, oscilando em função da disponibilidade de pasto, já que poucos fazem silagem. Como a maioria dos rebanhos possui de 12 a 15 bovinos em lactação, a produtividade de uma pequena propriedade - 4 módulos fiscais ou 140 ha - pode chegar no máximo a 45 litros/dia, considerando a hipótese de um rebanho de 15 vacas com bom estado de nutrição e genética. Com 45 litros de leite, o produtor fabrica de 4 a 5 queijos, que são vendidos a R\$ 4,00 a unidade, chegando-se, portanto, a um rendimento médio de R\$ 20,00/dia. Contudo a realidade é que a renda média dos pequenos produtores, cuja mão-de-obra é essencialmente familiar, gira em torno de no máximo R\$ 15,00/dia.

A escassez nutricional do rebanho decorrente da falta de silos e das restrições legais e burocráticas para fazer a queimada nas pastagens naturais, o chamado *capim macega*, resultam na produção de 3 a 4 queijos/dia. A venda é feita para os intermediários, conhecidos como queijeiros, que revendem praticamente toda essa produção na região metropolitana de São Paulo. Poucos produtores conseguem fazer a venda direta ao consumidor. A exceção são aqueles cujas propriedades estão nas estradas dos roteiros turísticos, que fazem eventualmente a venda direta aos visitantes, recebendo R\$ 8,00 por peça. Portanto, é compreensível o temor pelo financiamento mesmo a juros de 4% ao ano, com prazo de 8 anos para pagar, como oferece o PRONAF.

Para o presidente da SAROMCREDI, João Carlos Leite, o maior desafio nesse processo de certificação de origem está justamente em convencer os produtores a investirem na qualificação da produção. Neste sentido, a cooperativa pretende ampliar sua atuação junto aos produtores fornecendo toda assistência técnica necessária, de modo a complementar o trabalho do IMA e da EMATER, e esclarecendo todas as dúvidas referentes ao financiamento, as demandas do mercado, entre outras. Outro obstáculo a transpor são as limitações da circulação do produto. É fundamental a criação de uma estratégia de venda coletiva, para que os produtores não fiquem dependentes dos queijeiros para escoar a produção.

A aposta é que o sucesso dos pioneiros provoque a mobilização dos demais produtores. Atualmente quatro propriedades estão próximas de receber o certificado de qualidade do IMA. Os queijos produzidos nestas fazendas já são vendidos pelo triplo do preço que é pago pelos queijeiros. Seus compradores são basicamente os turistas que visitam os atrativos naturais da região. João Carlos Leite, avalia que estabelecida uma forma cooperativa de venda, somada ao exemplo de sucesso destas propriedades, o projeto terá mais adesão.

⁴ As informações foram coletadas no mês de setembro de 2005.

A credibilidade da SAROMCREDI junto aos produtores, construída ao longo de seus 14 anos de existência, a qualifica como o principal agente de desenvolvimento daquela região. Todos os produtores entrevistados ressaltaram a seriedade e competência da administração. Eles também vêem na cooperativa uma forma de representação política. Isto se deve ao fato de que ela atua politicamente junto aos poderes públicos municipal, estadual e federal na busca de soluções para a melhoria das estradas, na definição de políticas públicas para o desenvolvimento social e econômico da microrregião. Participa ativamente em fóruns sociais de debate, tais como, Comitês de Bacia Hidrográfica, Conselho Gestor do Parque Nacional da Serra da Canastra, Associações dos Municípios, etc.

A SAROMCREDI teve um papel fundamental na elaboração e aprovação da Portaria nº 694 de 17 de novembro de 2004 do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA que criou a Microrregião da Canastra como produtores do Queijo Minas Artesanal e definiu os normas e padrões técnicos e sanitários desta produção. É hoje uma sólida instituição financeira e caminha para se tornar uma agência de desenvolvimento capaz de motivar articulações político-institucionais intermunicipais para o planejamento e gestão daquele território.

Conclusão

Acreditamos que o cooperativismo é uma estratégia fundamental na promoção do desenvolvimento. Existem várias experiências de sucesso em comunidades que conseguiram superar práticas individuais e competitivas e buscaram formas solidárias de organização. Muitas vezes o despertar para a importância dessa união surge em momentos de extrema adversidade. O caso de São Roque de Minas é bastante representativo. A SAROMCREDI surgiu em um cenário caótico, não havia outro caminho para solucionar a ausência dos serviços bancários. Porém, desta experiência surge a possibilidade daquela sociedade promover importantes mudanças econômicas e políticas visando o desenvolvimento do seu território.

Referências

ABRAMOVAY, R. O capital social dos Territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Revista Economia Aplicada**. São Paulo: Departamento de Economia FEA-USP/FIPE, v. 4 n. 2, p. 381-397, abr./jan. 2000.

ESTRADA, E.M. El concepto de capital social y su utilidad para el análisis de las dinamicas del desarrollo. **Revista Economia Ensaios**. Uberlândia: Departamento de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, v. 13, n. 2, v.14, n. 1, p. 3-39, jul./dez.1999.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do Desenvolvimento Humano 2000**. Disponível em:<<http://www.fjp.gov.br>>, Acesso em: 05/03/2005.

HAESBAERT, R. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, A.D.; SPOSITO, E.S.; SAQUET, M.A. (org.). **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004. p. 87-119.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Canastra**. Brasília: MMA/IBAMA, 2005. CD-ROOM.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Censo Agropecuário 1995/1996**. . Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/>.html >, Acesso em: 15/06/2005.

LIMA, R. E. **Cooperativismo de crédito**: o caso de São Roque de Minas/MG, 2003. 84 f. Monografia (Especialização) - Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais, Pontifícia Universidade Católica e Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

OLIVEIRA, A. de O. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A. de O.; MARQUES, M.I.M. (org.). **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004. p. 29-70.

ORTEGA, A.C. **Impacto das políticas do MDA**: um estudo de caso do PRONAF nos municípios de Orizona e Davinópolis em Goiás. Brasília: Relatório FAO. 2004

PACHECO, T. **Sustentabilidade, meio ambiente e democracia no III FSM**: visões e concepções. Rio de Janeiro: FBOMS/BSO, 2004. 202 p.

PRONAF 2005. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Disponível em:<<http://www.mda.gov.br/>>, Acesso em: 05/06/2005.

PUTNAM, R.D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália Moderna. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. p. 144-163.

SCHMIDT, D.; PERIUS, V. Cooperativismo-cooperativa. In: CATTANI, A.D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 63-72.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I.G.P. **Do território geográfico à abordagem territorial do desenvolvimento rural**. Porto Alegre, 16 de junho de 2005. Disponível em:<<http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/publicacoes.html> >, Acesso em: 20/09/2005.